Sionismo e progressismo

Dois projetos para o judaísmo brasileiro

CARLOS EDUARDO BARTEL

Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO Os diferentes grupos de imigrantes judeus que desembarcaram no Brasil trouxeram visões do mundo que se inscreviam em diferentes matizes, como as ideias socialistas, sionistas e assimilacionistas, entre outras. Ao propor a criação do Estado judeu como solução para erradicar o antissemitismo, o sionismo conclamou “todos” os judeus a se engajarem no movimento, porém existiam outras perspectivas, igualmente universais, para solucionar a *questão judaica*. No Brasil, durante a primeira metade do século XX, tais ideias e suas variações se polarizaram entre grupos favoráveis e contrários ao projeto sionista. O presente artigo, ao evidenciar o confronto entre *sionistas* e *progressistas*, analisa as contribuições desse confronto para a formação de uma comunidade judaico-brasileira.

PALAVRAS-CHAVE Judeus no Brasil, movimento sionista, progressismo judaico, questão judaica, socialismo.

ABSTRACT The various groups of Jewish immigrants who arrived in Brazil brought the world views that were part of different hues, as Socialist, Zionist and Assimilationist ideas, among others. In proposing the creation of the Jewish State as a solution to eradicate anti-semitism, Zionism called for “all” Jews to engage in the movement, but there were other perspectives, equally universal, to solve the *Jewish question*. In Brazil, during the first half of the twentieth century, such ideas and their variations became polarized between groups pro and against the Zionist project. This article highlights the confrontation between *Zionists* and *Progressives* and analyzes its contributions for the formation of a Jewish community in Brazil.

KEYWORDS Jews in Brazil, Zionist movement, Jewish progressivism, Jewish question, Socialism.

Sionistas e socialistas não-sionistas e seus sistemas ideológicos

Ao analisar as divergências transcorridas dentro do judaísmo no Brasil durante a primeira metade do século XX,¹ o presente artigo aborda a atuação de sionistas e socialistas não-sionistas de forma contrastiva, evidenciando seus sistemas ideológicos e as disputas decorrentes desse confronto.² Voltados para o judaísmo, ambos os grupos possuíam divergências culturais, inscrevendo seus projetos em diferentes concepções políticas. Assim, classificá-los como sistemas ideológicos e/ou movimentos políticos não significa deixar de lado seu viés cultural, pois “não podemos compreender as nações e o nacionalismo apenas como uma ideologia ou forma de política, precisamos considerá-los também como um fenômeno cultural”. O “nacionalismo, enquanto ideologia e movimento, deve ser relacionado com *identidade nacional*, um conceito multidimensional, e alargado de forma a incluir sentimentos, simbolismo e uma linguagem específica” (SMITH, 1997, p. 9-10).

O sionismo de Theodor Herzl era formado por diferentes tendências políticas, grupos sociais e culturais que, seguindo diferentes perspectivas, produziam nuances e conflitos dentro do movimento e que tinha como proposta a criação de um Estado nacional para solucionar o antissemitismo.³ Por sua vez, a esquerda judaica antissionista também apresentava divisões, abarcando grupos que defendiam a criação de uma região autônoma judaica (RAJ), aproximando, assim, socialismo e nacionalismo, e outros que defen-

diam a assimilação dos judeus nos países onde estes estivessem radicados. De forma resumida, a esquerda judaica antissionista abarcava em suas fileiras correntes assimilacionistas e aquela ligada ao Bund (*Algemeyner Yidisher Arbeterbund In Lite, Poilen Un Rusland* ou Sindicato Geral dos Trabalhadores Judeus da Lituânia, Polônia e Rússia). Os judeus socialistas almejavam o internacionalismo como seu fim, sendo, por isso, a priori, contrários ao nacionalismo, que representava um retrocesso ao projeto socialista.⁴

Ao examinar dois movimentos seculares, polarizados através de grupos guiados por diferentes sistemas ideológicos, um priorizando o viés nacional e o outro a consciência de classe, o propósito é verificar as fraturas e oposições existentes dentro do conjunto, isto é, do judaísmo. A oposição entre nacionalismo e socialismo “constitui um dos principais eixos da história europeia do século XX. Entretanto, frequentemente identidade de classe e identidade nacional coexistiram: a preferência por uma delas em determinada conjuntura política não significa, necessariamente, a rejeição da outra” (THIESSE, 2001/2002, p. 19).⁵

Neste artigo são utilizados os termos “sionistas” para caracterizar os judeus favoráveis à criação de um Estado nacional, segundo a concepção de Theodor Herzl, e “progressistas”, “judeus vermelhos”, “antissionistas” ou “judeus socialistas não-sionistas” para definir os judeus contrários ao projeto sionista. A expressão “judeus de esquerda contrários ao sionismo” é necessária visto que dentro do sionismo encontravam-se também partidos e movimentos de inspiração marxista.

O sionismo produziu modificações na identidade judaica, tendo por base o modelo do Estado-nação europeu como suporte fundamental da nova identidade, que se distinguiu do judaísmo tradicional alicerçado por uma consciência religiosa. Em

sua fase inicial, a pretensa simplicidade do projeto sionista, apresentado por Theodor Herzl no livro *O Estado judeu* (1896), encontrou inúmeros obstáculos devido à rejeição de grupos judaicos, os quais seguiam ideias assimilacionistas, socialistas ou ainda pela tradição judaica vinculada à Torá. Por outro lado, a dimensão do projeto e o seu desenvolvimento em diferentes contextos sociais e políticos permitiu uma série de nuances que modificaram o movimento. Se havia consenso sobre a criação do Estado judeu, o mesmo não acontecia sobre os caminhos para se alcançar tal objetivo, pois correntes partidárias de esquerda, de direita e religiosa divergiam sobre como atingir o fim almejado. Também havia discordância a respeito do modelo político e econômico a ser implantado no *Estado imaginado*.

Permeada por discussões e conflitos internos, a ideia sionista manteve-se coesa, tendo como núcleo central a criação de Israel, o fim da diáspora e, por extensão, do antissemitismo, a *aliá* e a recriação do hebraico como língua falada, não somente usada na liturgia. No Brasil, tal projeto, conhecido desde 1901 por judeus radicados no norte do país, desenvolveu-se com mais intensidade a partir da vinda de imigrantes do leste europeu para as regiões sul e sudeste entre as décadas de 1910 e 1930.⁶ Se por um lado havia divergências, por outro *sionismo* e *progressismo* apresentavam semelhanças em terras brasileiras, sendo ambos gerados no exterior, trazidos e implantados no país por meio da imigração, que atualizava os respectivos movimentos com informações do Velho Continente, onde se localizava a sede da Organização Sionista Mundial (OSM) e a matriz dos principais partidos sionistas. Após o surgimento dos primeiros núcleos sionistas brasileiros, entre 1913 e 1918, o movimento gradualmente ampliou seus quadros.

Da Europa vieram as fontes de contestação ao sionismo. Entre as ideias defendidas pela esquerda

judaica antissionista destacaram-se a assimilacionista e a perspectiva da autonomia cultural dos judeus, visão defendida pelo Bund, esta a mais difundida entre os judeus radicados no Brasil. A primeira referia que a questão judaica seria resolvida pela *dita-dura do proletariado*, pois em uma sociedade igualitária, onde todos tivessem acesso aos meios de produção e os lucros fossem coletivizados, não haveria espaço para o antisemitismo; por isso, os judeus deveriam se assimilar em termos sociais e culturais às sociedades hospedeiras e se engajar na *luta de classes* enquanto parcela explorada do capitalismo. O proletariado judeu, da mesma forma que os outros, se quisesse romper seus grilhões, deveria lutar pelo advento de um mundo sem nações e sem classes. Por sua vez, o Bund, aproximando teoricamente nacionalismo e socialismo, tinha por finalidade aproximar judaísmo e socialismo russo, sem ser assimilado culturalmente por este, uma vez que vislumbrava uma sociedade socialista e pleiteava direitos de autonomia cultural para os judeus, defendendo a manutenção da cultura ídiche e a particularidade histórica e cultural judaica.⁷

No Brasil, as diferenças entre sionistas e antissionistas de esquerda podem ser resumidas da seguinte forma: para os sionistas, a *normalização* do povo judeu se daria através da criação de um Estado nacional que reuniria os judeus dispersos num território próprio; para os iidichistas (geralmente associados ao Bund), ela ocorreria pelo reconhecimento de direitos de autonomia cultural – com base na língua ídiche para as minorias nacionais nos respectivos países onde morassem (BONDER; SORJ, 2001, p. 116). Assim, enquanto uns se propunham a transformar totalmente a condição dos judeus, outros desejavam metamorfosear a sociedade em seu todo (POLIAKOV, 2000, p. 17).

Para os sionistas, juntamente com a criação de Israel se fazia presente a ideia de fim da diáspora

(pelo menos do ponto de vista teórico e discursivo), enquanto os antissionistas mostravam-se favoráveis à diáspora, defendendo a integração dos judeus na sociedade brasileira, resguardando sua autonomia com base na cultura ídiche. Bernardo Sorj, mencionando que o Bund, ao centrar sua identidade na cultura ídiche, desconhecia os laços que uniam os judeus do mundo, excluindo aqueles que só falavam ladino, árabe ou outra língua local, aponta para outra questão: o conflito entre hebraístas e iidichistas que dinamizou e permeou as divergências entre sionistas e progressistas no Brasil (BONDER; SORJ, 2001, p. 130).

Sionistas e progressistas: origens e divergências no Brasil

No Brasil o movimento sionista adquire maior expressão com a associação Tiferet Sion (Beleza de Sion), criada em 1913 no Rio de Janeiro. Entre os anos 1916 e 1918, outros núcleos foram organizados em São Paulo, Belém do Pará e Curitiba. Além dessas entidades sionistas, em 1916 David José Perez organizou na capital federal o jornal sionista *A Columna*, que tinha “por finalidade defender os interesses dos israelitas no Brasil”. O periódico

provocaria o interesse de toda a comunidade judaico-brasileira, atraindo leitores de todos os estados, sendo um de seus principais objetivos a aglutinação e o despertar de consciência dos imigrantes para uma comunidade organizada e sua integração na sociedade brasileira” (FALBEL, 2005, p. 16).

Na década de 1920, o movimento ampliou seus horizontes, sendo em 1921 representado pela primeira vez em um Congresso Sionista Mundial; no ano seguinte, é realizada no Rio de Janeiro a 1º Confe-

rência Territorial Sionista, evento em que foi criada a Federação Sionista do Brasil.

Os primeiros agrupamentos progressistas também surgiram no Rio de Janeiro. A Biblioteca Israelita Scholem Aleichem (BIBSA), fundada em 1915 por imigrantes, deu origem, no início dos anos 1920, à Associação Scholem Aleichem (ASA), a qual, segundo Esther Kuperman, configurou-se como o “principal espaço de reunião da esquerda judaica carioca”. A historiadora esclarece que a BIBSA não era dominada “pelos progressistas no início dos anos 1920 e que somente a partir de 1928 ficou sob hegemonia dos judeus comunistas, sendo a primeira instituição da comunidade a ter esta característica” (2004, p. 227; 233). Tal assertiva é reforçada por Samuel Malamud, líder sionista, memorialista étnico do judaísmo brasileiro e secretário da diretoria da Biblioteca no ano de 1927, período em que, segundo ele, “a luta em torno dessa entidade ainda não havia começado”. Conforme o memorialista, o acirramento das divergências entre sionistas e não-sionistas teve início em 1928, “quando os progressistas tomaram conta da BIBSA” (MALAMUD, 1983, p. 32-33).⁸

A fim de não se cometer equívocos, principalmente os de caráter anacrônico, a análise do confronto entre sionistas e progressistas deve ser inscrita em seu contexto temporal. Assim, é questionável a afirmação do pesquisador Sydenham Lourenço Neto (2008, p. 231), quando refere: “é um fato instigante que Samuel Malamud, provavelmente o principal líder sionista brasileiro, tenha se tornado secretário da BIBSA em 1927”. Nesse período, o imigrante Malamud ainda não era “o principal líder sionista brasileiro”, mas sim um jovem militante do movimento. O prestígio adquirido e atribuído a Malamud como líder sionista é posterior ao período em que ele foi secretário da BIBSA, e conforme esclarece o próprio Malamud em seu li-

vro de memórias, “em 1927 ainda não havia um conflito aberto entre sionistas e progressistas”. Assim, as divergências entre progressistas e sionistas se encontravam em estado de latência nos anos 1920, intensificando-se no final dessa década.

Em São Paulo, a primeira entidade progressista também remete aos anos 1920. Em 1928 foi fundado o *Jugend Club* (Clube da Juventude), denominado posteriormente como Centro de Cultura e Progresso, “por imigrantes judeus vindos da Europa, e com clara posição socialista [...]. Este clube caracterizava-se por uma posição de esquerda não-sionista na coletividade judaica paulistana” (KLEINNAS, 2004, p. 247).

Apresentando-se como detentores da cultura judaica e visando a aplicar seus respectivos projetos, sionistas e progressistas preocupavam-se com a educação judaica das futuras gerações. Em 20 de novembro de 1922, na quarta sessão da Conferência Sionista, foram propostas algumas resoluções, como a implantação de uma educação moderna nacional-hebraica e a criação de escolas judaicas no Brasil. Assim, a escola desempenhava um papel de órgão difusor da cultura e dos valores de cada grupo, sendo a identidade judaica construída de acordo com o que propunham os mesmos; em outras palavras, a escola servia como um instrumento capaz de propagar e legitimar os sistemas ideológicos. Na revista sionista *Aonde Vamos?* são frequentes as notícias sobre a celebração de datas cívicas brasileiras em escolas judaicas, nas quais também se cantava a *Hatikva* (Esperança), que desde o primeiro Congresso Sionista Mundial, em 1897, passou a ser o hino nacional do Estado imaginado.⁹

Para o sionismo, a língua do Estado judeu e das futuras gerações deveria ser o hebraico, visto como idioma primordial judaico que agregaria os judeus dispersos. Ideia levada ao extremo por grupos sio-

nistas de direita, como o Betar:

O Betar reconhece o Hebraico como a única e eterna língua do povo judeu. Na Palestina, deve tornar-se a língua em todas as fases da vida, na Diáspora deve, pelo menos, ser a linguagem do sistema educacional judaico, começando com o jardim de infância até o fim da escola secundária (mais tarde, talvez, na vida universitária também – se tivermos algum dia universidades judaicas na Diáspora). Na educação de cada criança judaica deve ser o começo e a base de tudo. Uma criança judaica que ignora o hebraico não é completamente judaica, mesmo se ela for Betari [sic].¹⁰

Para os sionistas de direita, a língua ídiche era estimada pela “riqueza de sua literatura e imprensa”, também era estimado “o ladino dos sefaradim (judeus de descendência ibérica), que servia como remédio excelente contra a assimilação”. Porém,

uma língua nacional, no entanto, é algo diferente e muito mais. Não pode ser uma língua que a nação adotou no percurso de sua história, derivada de um povo estranho. Uma língua nacional é a que nasce simultaneamente com a nação, e depois a acompanha, seja de uma forma ou de outra, durante a sua vida inteira. Para nós, é esta o hebraico” sic].¹¹

A situação, no entanto, além de não ser tão simples, apresentava inúmeras contradições, pois no Brasil muitos sionistas, para não dizer a maioria, eram provenientes da cultura ídiche e por tal motivo os debates transcorridos na Conferência Sionista de 1922 foram realizados nessa língua. Esta situação gerou protestos por parte dos sefaraditas, que tinham dificuldade em acompanhar os debates

por não compreenderem o ídiche. A discussão gerada por essa “questão foi suficiente para que se aprovasse uma resolução indicando o Delegado Miguel Lafer como tradutor para resumir em português os assuntos tratados” (FALBEL, 2008, p. 400). Igualmente, muitos emissários sionistas estrangeiros que defendiam o hebraico utilizavam também o ídiche para se comunicar com os judeus radicados no Brasil, entre outros idiomas, como o francês e o espanhol. Por fim, o próprio teatro ídiche serviu como instrumento de propagação do nacionalismo judaico.¹²

Se muitos sionistas não viam problema em se ensinar tanto o hebraico, quanto o ídiche, outros partidários do movimento não se mostravam tão tolerantes em relação ao assunto, pois o uso de uma das línguas judaicas expressava o embate entre duas perspectivas políticas distintas (KUPERMAN, 2004, p. 231). Assim, “a querela – Revolução ou Sião?” era acompanhada “de uma querela linguística entre ídiche e o hebraico...” (POLIAKOV, 2000, p. 33).

Discussões em torno da educação e do idioma abriam caminhos para novos debates, como quais conteúdos deveriam fazer parte do currículo escolar: educação religiosa ou nacional? As combinações possíveis entre esses e outros temas forneciam inúmeras variações, que iam ao encontro dos anseios individuais de cada judeu e de seu grupo, fosse ele sionista, progressista ou religioso. Entretanto, se da perspectiva individual era possível conciliar ideias divergentes, o mesmo não ocorria do ponto de vista ideológico. Dessa forma, a ideia de uma educação a serviço da causa sionista entrou em rota de colisão com os propósitos progressistas.

A implantação de um projeto educacional judaico no Brasil de acordo com os propósitos sionistas aproximou sionismo e a *Jewish Colonization Association* (JCA), vista pelos primeiros como uma entidade assimilacionista. Atuou como mediador dessa

aproximação o rabino Isaias Raffalovich, sionista e representante da JCA no Brasil. Com isso, no Rio de Janeiro, os socialistas iídichistas passaram a encontrar maior resistência por parte dos hebraístas, pois o apoio dado pela JCA em 1925 à formação de uma rede escolar judaica “provocou um confronto entre sionistas/hebraístas e antissionistas/iídichistas, o que torna evidente que as diferenças política/linguísticas/ideológicas já eram latentes dentro da comunidade naquele ano” (KUPERMAN, 2004, p. 230).

A discussão envolvendo educação e idioma se inscrevia em projetos maiores. Enquanto os sionistas se movimentavam para criar um Estado nacional, a proposta do Bund mostrou-se viável a partir de 1929, quando a União Soviética de Stálin acenou com a criação de uma região autônoma judaica (RAJ) na Sibéria, designando Birobidjan como local destinado aos judeus. “Convictos desta última ideia, os adeptos de Moscou na comunidade judaica do Brasil desencadearam no fim dos anos 1920 e início dos anos 1930 uma luta ferrenha contra o sionismo, enquanto promoviam campanhas financeiras em prol da colonização judaica na Criméia e em Birobidjan” (MALAMUD, 1983, p. 31).¹³

Sionistas e progressistas: panorama dos conflitos e divergências

No final dos anos 1920, “as instituições judaicas do Rio e São Paulo, assim como as de outros estados, passavam por um processo de consolidação, o que é confirmado pelo número de edifícios comunitários que se construíram ou alugaram com esta finalidade” (FALBEL, 2005, p. 126). Em meio a esse processo,

...se desenvolveu uma luta entre sionistas e esquerdistas antissionistas pelo controle das enti-

dades comunitárias. Os esquerdistas compareciam mobilizados às assembleias-gerais das principais entidades filantrópicas, culturais, sociais e mesmo de caráter religioso como a Sociedade do Cemitério Israelita, para provocar conflitos, estabelecer confusão e apoderar-se das diretorias. A primeira entidade no Rio que ficou inteiramente sob controle dos chamados progressistas foi a Biblioteca Scholem Aleichem. Nos anos 20 já existia no Rio um clube denominado Centro Operário Morris Vintschevsky de tendência absolutamente esquerdistas (MALAMUD, 1983, p. 32).

As divergências entre sionistas e progressistas transcorridas no Rio e em São Paulo ocorreram também em outros estados brasileiros. A partir de 1933, surgiram as primeiras manifestações da comunidade judaica de Belo Horizonte frente a alguns problemas nacionais e, principalmente, frente ao antissemitismo europeu. E, junto com a politização e o crescimento da comunidade, acirraram-se as divergências internas que provocaram a divisão e o aparecimento de duas comunidades (a sionista e a progressista). As disputas ideológicas tornaram-se complexas, e o consenso não pode ser mais atingido. Além da cisão ideológica, havia o grupo sefardita (já minoritário) lutando para manter suas tradições particulares.¹⁴

No sul do país não foi diferente, no Paraná a existência de judeus progressistas em Curitiba é percebida pelo menos desde os anos trinta, os quais apenas nos anos 1950 se organizam de maneira institucionalizada (FELDMAN, 2001, p. 139). No Rio Grande do Sul, onde o sionismo revisionista se organizou com maior força atuando na vida comunitária, o progressismo foi mais tardio quando comparado com outros estados. Em Porto Alegre, o progressismo se manifestava através de iniciativas individuais de judeus que não participavam das cam-

panhas e nem do movimento sionista. No início da década de 1950, esse grupo se reuniu em torno do Clube de Cultura.¹⁵

Entre os anos de 1920 e 1940, a discriminação contra os judeus se manifestou através de um discurso anti-judaico católico de movimentos fascistas como o integralismo, personificado na figura de Gustavo Barroso e através de setores do governo varguista. Com o Estado Novo (1937-1945), o sionismo foi proibido de exercer suas atividades em 1938, porém continuou realizando suas atividades através de diferentes estratégias, não havendo, assim, perseguição contra o movimento, que inclusive se aproximou do governo brasileiro nesse período. É bastante conhecido o episódio no qual líderes comunitários e sionistas, em nome da comunidade judaica, doaram aviões ao governo varguista, em 1942. Por sua vez, movimentos de esquerda, judaicos ou não, foram vigiados e perseguidos pelo governo brasileiro. Documentos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, localizados no Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro (APERJ), analisando os “judeus no Brasil”, confirmam essa afirmação após analisar os judeus religiosos. Veja-se um desses documentos:

A outra parte dos judeus, mais fiel a suas opiniões políticas, de que às tradições religiosas [sic], divide-se em duas partes: a de tendências comunistas e a outra, a maior, de tendências sionistas. A de tendências marxistas, ou melhor, comunistas, é constituída por um grupo de judeus, na maioria dos que não tiveram o êxito financeiro que os outros tiveram no Brasil, ambulantes fracassados, pequenos artesãos, empregados, etc. que de um modo geral são tidos em pouco apreço pelos demais. De modo geral, já vinham do seu país de origem com ideias comunistas, embora, aqui, no Brasil, se abstivessem de participar das

atividades do PCB. São, de um modo geral, elementos que fizeram parte da antiga organização comunista russa MOPR ou em russo Nejdunarodnoie Obshtchestvo Pomoshtcchi Rabotchim [sic] ou em português, Sociedade Internacional de Auxílio aos Trabalhadores ou como é mais conhecida “Socorro Vermelho Internacional”. Estes elementos estão, de um modo geral, concentrados na Biblioteca Israelita Brasileira “Scholom Aleichem”, mantendo ainda, a Escola Israelita Brasileira “Scholom Aleichem”. [...] O seu jornal expoente é, atualmente, o “Unser Stime” (Nossa Voz). Apoiam o ideal judaico de um Estado próprio, porém de cunho marxista e satélite da Rússia e rejeitam o hebraico, adotado pelos sionistas e Estado de Israel, como língua unificadora, admitindo, somente o “idisch” por ser o idioma popular [...]. Em 1934-35, organizaram uma cozinha proletária, na Praça 11 [...], que posteriormente, foi fechada pelas autoridades brasileiras [sic].¹⁶

Nesse contexto, o sionismo procurou demonstrar uma imagem positiva dos judeus brasileiros, desvinculando-os de movimentos de esquerda. Na pesquisa desenvolvida pelo autor, é possível verificar a aproximação entre dirigentes sionistas brasileiros e o governo federal. Ainda durante o Estado Novo, em março de 1944, Aron Neumann, militante sionista e repórter da revista *Aonde Vamos?*, entrevistou Viriato Vargas, que referiu o seguinte:

É sionista? Pois bem, alegre-me, simpatizo com os sionistas. O sionismo é uma aspiração justa, nobre, daquela parte dos judeus que querem ter seu próprio Estado na Palestina, sua pátria, sua e de mais ninguém; e por outra parte possibilitara aos cidadãos de religião judaica que são bons patriotas de suas terras de origem ou adoção, de auxiliarem seus correligionários sem pátria, de terem o seu lar

nacional, e isto é importante, não deixará dúvidas quanto à integração dos judeus nas suas pátrias. Sim, meu amigo, gosto do judeu nacionalista, enquanto desconfio do internacionalista, e gosto do judeu brasileiro, que é meu concidadão, há muitíssimo entre eles dos melhores. Não vejo nenhuma contradição nisto. E considero os judeus entre os mais leais cidadãos que possam haver.¹⁷

Após a Segunda Grande Guerra Mundial aconteceu um *boom* do sionismo, que contou com a presença constante de emissários da OSM em território brasileiro, os quais falavam em nome do judaísmo mundial; houve, assim, uma ligeira modificação nas relações entre sionistas e progressistas, pois a Segunda Guerra, a criação de Israel e o seu reconhecimento por parte da URSS atenuaram o confronto entre sionistas e progressistas, porém tal aproximação não fez desaparecer as divergências. O sionismo ainda fazia sentido, visto que a Guerra de 1948-1949 exigia mobilização constante em torno da existência e da manutenção do Estado judeu. No pós-guerra igualmente aumentou a pressão do sionismo perante os demais grupos judaicos brasileiros.¹⁸

Por sua vez, os movimentos de esquerda alinhados com Moscou modificavam sua ação de acordo com as normas emitidas pelo governo soviético após o término da Segunda Guerra Mundial. As organizações progressistas passaram a participar, então, do trabalho de mobilização de recursos em prol das vítimas da guerra, em cooperação com o Comitê Hebreu-Brasileiro, e, posteriormente, também da campanha em prol da Haganá, o exército de defesa judaico em Eretz Israel (MALAMUD, 1983, p. 59). A União Soviética foi um dos primeiros países a reconhecer o Estado de Israel, inclusive partiu do bloco soviético grande parte do armamento que contribuiu para a vitória de Israel na guerra árabe-

israelense (1948-1949). Em São Paulo o Centro de Cultura e Progresso apoiou a criação do Estado judeu (KLEINAS, 2004, p. 247).

O apogeu do sionismo foi também o início de sua crise, visto que muitas questões professadas pelo movimento, como o fim da diáspora, por exemplo, mostraram-se inviáveis, mesmo que militantes mais exaltados, como o emissário kibutziano Shlomo Lipsky, fundador de diversos núcleos das Pioneiras no Brasil, ordenasse a “liquidação, tão rápida quanto possível, da diáspora, e aliá em massa para Israel”.¹⁹ Da mesma forma, o progressismo e suas visões do mundo, que originaram os *kibutzim*, sofreram duros golpes. O fracasso do projeto Birobidjan, a perseguição do governo brasileiro, a criação de Israel, o desinteresse das novas gerações pelo iídiche – estimulado pelo sionismo – e, por fim, as denúncias de Nikita Krutchev, em 1956, na XX Conferência do Partido Comunista, sobre os crimes do regime soviético sob a liderança de Stálin fizeram com que seus intelectuais e militantes repensassem seus rumos.

Também em 1956, devido à Crise de Suez, é possível verificar-se, através de um artigo da revista *Aonde Vamos?*, uma tentativa de aproximação entre sionistas e progressistas em torno do Estado de Israel:

Há tempos, como, aliás, em várias ocasiões que aqui registramos, fizeram-se sentir também no meio dos judeus progressistas de nosso país as consequências do abalo ocasionado pelas revelações de um antisemitismo que vitimou, de maneira cruel, não apenas judeus como tais, mas a fina flor dos comunistas judeus que atuaram nas artes, nas letras e que ocuparam tantas posições de destaque na Rússia e nos países atrás da Cortina de Ferro [...]. No fim de semana passada, finalmente, teve lugar uma Convenção do “IKUF”, espécie de entidade-teto de associações cultu-

rais, educacionais, recreativas e filantrópicas dos elementos progressistas. Estavam representados todos os Estados, menos Rio Grande do Sul e Pernambuco. O objetivo principal desse conclave foi definir, a altura dos acontecimentos que abalam o mundo judeu, a posição dos progressistas em face de Israel. As opiniões, grosso modo, dividiam-se da seguinte forma: os que se manifestaram contra Israel; os que eram contra o Estado Judeu, mas não o admitiam publicamente e, finalmente, o grupo, em grande maioria, que se colocava ao lado de Medinah.

Interpelamos o sr. Aron Schenker a respeito, tendo-nos o antigo ativista confirmado, em princípio, o que acima informamos, declarando, porém, que, mesmo tendo havido divergências na discussão, uma vez que a maioria resolvera a questão, todo setor progressista, inclusive de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, estava decidido a levar avante o seu apoio moral e material a Israel...²⁰

Através do extenso texto intitulado “Em que sentido evoluirão os progressistas do Brasil?”, publicado em *Aonde Vamos?*, é possível perceber a difícil situação imposta ao judeus não-sionistas, os quais deveriam decidir se apoiariam ou não o novo estado nacional:

Apenas encerrado o conclave do IKUF – entidade-teto dos progressistas do Brasil, de cujas decisões da semana passada nos ocupamos em nossa edição anterior, entrou este setor em polvorosa. Com efeito, uma forte crise manifestou-se em torno da maneira de efetivar-se a decisão, independentemente de reservas ideológicas, já que Israel está em perigo, de apoio moral e material à Medinah.

A resolução

“O comitê Central da União Cultural Israelita Brasileira IKUF”, junto com os comitês das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Niterói, Curitiba, Bahia e Santos. Reunidos em momento de excepcional gravidade para o Estado de Israel e o povo judeu (...) E em todas cidades do Brasil, começou uma fermentação do Diabo. Noite após noite realizam-se reuniões para discutir de novo sobre o que já fora resolvido. Grosso modo, havia duas tendências em choque. Uma pró, outra contra Israel. Hoje à noite terá lugar outra reunião do IKUF na Capital Federal na qual o assunto deverá ser esclarecido, e estabelecido qual das duas tendências prevalecerá.²¹

Cabe referir que *Aonde Vamos?* era um periódico sionista, que refletia muitas vezes uma visão parcial e tendenciosa dos acontecimentos. No entanto, após 1948, atenuou-se a oposição judaica de esquerda ao sionismo, visto que o Estado judaico tornou-se uma realidade e com a criação de Israel pode-se perceber a viabilidade ou não de algumas premissas sionistas. O sionismo brasileiro, em função da disputa com os demais grupos e almejando a condição de representante da comunidade que ajudava a construir, afastou-se de alguns postulados professados internacionalmente pelo movimento, como a *aliá* e o fim da diáspora. A questão de como transplantar os judeus do Brasil para Israel foi um ponto pouco analisado e pouco debatido pelos sionistas brasileiros, os quais, ao defenderem suas posições em nome dos “judeus do Brasil”, igualmente criaram a categoria “judeus-brasileiros”. Se, por um lado, a recriação do hebraico como língua do novo Estado se efetivou, o mesmo não ocorreu com o ideal de emigração para Israel e o conseqüente fim da diáspora.

O processo de organização comunitária e institucional dos judeus no Brasil transcorreu durante

a primeira metade do século XX em meio ao processo migratório judaico e à integração social, cultural e econômica desses imigrantes no país. Sionistas e progressistas, ao apresentarem seus respectivos projetos de judaísmo, desencadearam acirrados debates que impulsionaram a vida comunitária e institucional dos judeus no Brasil, que, por sua vez, foi se amalgamando gradualmente a partir desse confronto, que enfatizou a vida comunitária e permeou diversos setores do judaísmo brasileiro durante o período abordado.

NOTAS

1 Este artigo foi produzido em decorrência de uma pesquisa de doutorado, que aborda o movimento sionista no Brasil e a formação da comunidade judaica brasileira durante a primeira metade do século XX, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Convém, inicialmente, esclarecer que neste texto não houve o propósito de esgotar o assunto, pois seria impossível abordar o tema, suas variáveis e dar conta de toda sua complexidade neste breve artigo; igualmente cabe referir que o recorte temporal aqui proposto se deu em função das fontes pesquisadas e da proposta apresentada, pois o assunto, do ponto de vista temporal, poderia ser estendido e abarcar todo o século XX, porém não é esse o caso. Por fim, não se trata de uma abordagem sobre sionismo ou progressismo judaico, o que interessa aqui é verificar o contraste entre ambos os projetos e suas consequências para o judaísmo brasileiro.

2 Considera-se aqui ideologia como proposta e visões do mundo formadas por um conjunto de ideias. “Os sistemas ideológicos não se inventam, existem difusos, aflorando na consciência dos homens”, são elaborados “na memória dos homens, intrinsecamente, através de uma lenta evolução, imperceptível, mas cujos efeitos se descobrem de longe em longe, efeitos que no conjunto se deslocam e que podemos reconstruir” (DUBY, 1994, p. 80).

3 Cabe mencionar que o sionismo de Theodor Herzl era

formado por um conjunto de ideias que extrapolavam a mera criação de um Estado nacional judaico. Sobre isso, ver o livro *O Estado judeu* (1998), em especial as páginas 57 até 63, as quais abordam, entre outros temas, “a questão judaica”, as “causas do antissemitismo” e “consequências do antissemitismo”.

4 A assimilação e a integração social não são ideias exclusivas de grupos de esquerda. Judeus da Europa Ocidental e Central, contrários ao socialismo e ao sionismo, mas, igualmente, visando a solucionar a *questão judaica*, defendiam a integração social e econômica dos judeus nos países onde estes estivessem radicados, sendo esse o caso da Jewish Colonization Association e do judaísmo reformista. O judaísmo reformista, opondo-se em parte ao sionismo, pretendia harmonizar os costumes e os rituais judeus com o meio protestante alemão, que servia de modelo para muitos. Entre as reformas propostas por esse movimento, que tem suas origens na Alemanha, no começo do século XIX, encontra-se o enfraquecimento da dimensão étnica do judaísmo, cujos adeptos transformam-se, assim, em *alemães de confissão mosaica* (RABKIN, 2009, p. 41).

5 Socialismo e nacionalismo judaico encontraram respaldo no Leste europeu, onde se desenvolveram de forma distinta. “O projeto de Herzl teria mergulhado rapidamente no esquecimento, não fosse o concurso entusiasta dos judeus do Leste [...] é a mesma geração que, em face de uma miséria material e moral sem solução, pontilhada por pogroms cada vez mais frequentes, viu erguerem-se os grande paladinos de uma mudança radical, os Weizmann, e os Ben Gurion – ao mesmo tempo que os Trotski e as Rosa Luxemburgo, arcanjos do internacionalismo integral. [...] As relações entre o sionismo e o socialismo foram marcadas por inúmeras tentativas de conciliação, e por passagens de um campo para outro” (POLIAKOV, 2000, p. 17).

6 Em 1943, o líder sionista-brasileiro Davi José Perez proferiu uma palestra em homenagem ao “vigésimo aniversário da morte de Max Nordau”, realizada no Rio de Janeiro na Biblioteca Israelita Bialik, na qual recordou os primeiros contatos com as centrais sionistas da Europa em 1901 e apresentou as correspondências trocadas entre ele e Max Nordau. Cf. “Respeitado pela força da palavra e da lógica” a vida de Max Nordau através da brilhante

conferência do Dr. David Perez. Revista semanal *Aonde Vamos?*, n. 07, Rio de Janeiro, 22 abril de 1943, p. 17.

7 O Bund representou um papel importante no Primeiro Congresso do Partido Social-democrata Russo, ao defender a fórmula federativa – a mesma que foi adotada pela União Soviética. As discussões polêmicas que decorreram daí colocaram a “questão nacional” no primeiro plano, coisa com que os teóricos do marxismo quase não se haviam preocupado no início. Ver. POLIAKOV, 2000, p. 13-18.

8 Outro agrupamento que reuniu judeus de esquerda não-sionistas foi a Biblioteca Davi Frischmam (BDF), criada em outubro de 1922, em Niterói (RJ). A BIBSA, a BDF, e demais entidades como o Clube Cabiras, a cozinha popular da Praça Onze, o Socorro Vermelho Judaico (BRAZCOR) e a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas Froien Farain formavam a frente de esquerda não-sionista do Rio de Janeiro. Ver KUPERMAN, 2004; TELO DA CORTÊ, 2007.

9 Ver revistas *Aonde Vamos?*, anos de 1944 e 1945.

10 A ideologia do Betar. In: *Isto é Betar!* Editado pela Netzivut Betar do Brasil, s/local: 1947, p. 20. Arquivo Josef Halpern (AJH), Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre/RS.

11 A ideologia do Betar. In: *Isto é Betar!* Editado pela Netzivut Betar do Brasil, s/local: 1947, p. 20.

12 Sobre o assunto ver GUTFREIND, 2004.

13 Ver WEINBERG, 2000.

14 Sobre judaísmo em Belo Horizonte ver PFEFFER, 2003.

15 Sobre o movimento progressista judaico no Rio Grande do Sul ver AGUIAR, 2009.

16 O documento não precisa sua data, pois a pasta intitulada “Setor Israelita” contém documentos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) e apresenta duas datas: 06 de fevereiro de 1953 e 20 de outubro de 1954, que presumo ser a data do documento. Cf. “Setor Israelita”, Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro (APERJ). O documento ainda refere: “Por sua vez, os judeus, além da preservação das tradições religiosas, nutrem um forte sentimento de judaísmo, isto é, procurar conservar através de séculos, a sua feição judaica. Para este fim, tratam, principalmente, de impedir casamentos de seus filhos com

elementos não-judeus. Por outro lado o incremento do nacionalismo é feito através de escolas, grêmios beneficentes e literários, comunidades religiosas de bairro. Apesar de tudo isso é verídico que os filhos de judeus nascidos no Brasil, exatamente devido ao fato de não se fazerem no Brasil quaisquer restrições para atuação dos judeus nos diversos setores da economia do país ou nas profissões liberais e deste modo têm acesso a todos os setores culturais onde queiram se dirigir, têm se assimilado a vida do país, embora contrariamente a vontade de seus pais, e, principalmente, das inúmeras agremiações sionistas fundadas no país por emissários da central sionista”.

17 NEUMANN, Aron. Sim, há no Brasil homens iminentes ao nosso lado! Uma entrevista com o Coronel Viriato Vargas. Revista semanal, *Aonde Vamos?*, n. 55, Rio de Janeiro, 23 de março de 1944, p. 03, 04; 22. Outras declarações de Viriato Vargas foram publicadas na edição de 30 de março. Cf. VARGAS, Viriato. A bondade dos brasileiros transforma o Brasil em paraíso das vítimas de Hitler. Revista semanal *Aonde Vamos?*, n. 56, Rio de Janeiro, 30 de março de 1944, p. 04-05.

18 Cf. A Organização Sionista do Brasil conta com o apoio de toda a coletividade israelita de São Paulo e expressa a confiança de validamente contribuir para estreitar cada vez mais os laços entre os judaísmos, para chegar ao único judaísmo, o de um povo em marcha ascensional para o próprio bem e o bem da humanidade. Inaugurou-se solenemente o setor paulista da Organização Sionista. Revista semanal, *Aonde Vamos?*, n. 127, Rio de Janeiro, 06 de Setembro de 1945. p. 30. Sobre a atuação dos emissários sionistas no Brasil ver BARTEL, 2006.

19 Cf. A primeira grande “Aliyá” do Brasil. *Aonde Vamos?*, n. 304, Rio de Janeiro, 17 Março de 1949, p. 6.

20 Cf. Importante decisão do setor progressista. Revista semanal, *Aonde Vamos?*, n. 699, Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1956, p. 10. Cabe referir que a visão da *Aonde Vamos?* é parcial, pois a revista era declaradamente sionista, bem como seus editores e colaboradores, os quais militavam ativamente nas fileiras do movimento. Convém ainda mencionar que o Relatório Khrushchev só foi divulgado na íntegra pelo Estado de S. Paulo em outubro de 1956.

Isto abriu um grande debate nas fileiras do Partido para acabar com o autoritarismo reinante no PCB. Houve debates acirrados, mas uma parte expressiva dos progressistas resolveu dar um voto de confiança à URSS uma vez que os crimes foram denunciados e se buscava corrigi-los. As entidades progressistas foram mantidas. Em São Paulo, contrariando a tradição de unidade, foram lançadas duas chapas no Instituto Cultural Israelita Brasileiro e os progressistas mantiveram o controle da entidade. No Rio de Janeiro também. O jornal *Unzer Shtime* continuou circulando até o golpe de 1964. O esvaziamento das entidades progressistas só ocorre depois do golpe militar e se acentua após a Guerra dos Seis Dias em 1967, quando os países socialistas rompem relações com o Estado de Israel.

21 Em que sentido evoluirão os progressistas do Brasil? Revista semanal, *Aonde Vamos?*, n. 700, Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 1956, p. 05-07.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Airan Milititsky. *Saudações para um mundo novo: o Clube de Cultura e o progressismo judaico em Porto Alegre (1950-1970)*. Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Porto Alegre, 2009.
- BARTEL, Carlos Eduardo. *Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul. 1945-1952*. Dissertação de Mestrado em História - Programa de Pós-Graduação em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2006.
- _____. “Judeus-alemães e o movimento sionista no Rio Grande do Sul”. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da; DREHER, Martin N.; CARVALHO, Enildo de Moura (Orgs.). *Explorando possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.
- BONDER, Nilton; SORJ, Bernardo. *Judaísmo para o século XXI: o rabino e o sociólogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CULLA, Joan B. *Breve história del sionismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- CYTRYNOWICZ, Roney. “Além do Estado e da Ideologia: Imigração Judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, dez. 2002. p. 393-423.
- DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- FALBEL, Nachman. *Estudos sobre a Comunidade judaica do Brasil*. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1984.
- _____. “Os Sefaraditas e o Início da Imprensa Judaica no Brasil”. *Mundo Judaico*. Edição 19, Dezembro, 1997. Disponível em: <<http://www.morasha.com.br/>> - Acesso em: 04 fev. 2008.
- _____. *David José Pérez: uma biografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- _____. *Judeus no Brasil: estudos e notas*. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008.
- FLDLMAN, Sérgio Alberto. “Os judeus vermelhos”. In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa/PR, v. 6, n. 1. p. 137-146, 2001.
- FENTON, Steve. *Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- GUTFREIND, Ieda. *A imigração judaica no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- HERZL, Theodor. *O Estado judeu*. Tradução de David José Perez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KLEINAS, Alberto. Gênese e trajetória da esquerda judaica não-sionista paulistana (Jugund Club e Casa do Povo). In: *Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: história, memória e identidade*. Belo Horizonte: Instituto Histórico Israelita Mineiro; AHJB, 2004.

p. 245-266.

KUPERMAN, Esther. "ASA – Gênese e trajetória da esquerda judaica não sionista carioca". In: *Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: história, memória e identidade*. Belo Horizonte: Instituto Histórico Israelita Mineiro; AHJB, 2004, p. 227-244.

MALAMUD, Samuel. *Do arquivo e da memória: fatos, personagens e reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial*. Rio de Janeiro: Bloch, 1983.

NETO, Sydenham Lourenço. "Imigrantes judeus no Brasil, marcos políticos de identidade". In: *Lócus: revista de história*, Juiz de Fora/MG. v. 14, n. 2. p. 223-237, 2008.

PFEFFER, Renato Somberg. *Vidas que sangram história: a comunidade judaica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

POLIAKOV, Léon. *Do antissionismo ao antisemitismo*. Perspectiva: São Paulo, 2000.

RABKIN, Yakov M. *Judeus contra judeus: a história da oposição judaica ao sionismo*. Cotia/SP: Acatu, 2009.

Revista Judaica *Aonde Vamos?*, período de 1943 até 1956.

TELO DA CORTE, Andréa. "A ADAF e a memória dos judeus progressistas de Niterói" – 1922-2005. In: LEWIN, Helena (Org.). *Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações*. Rio de Janeiro: PEJ/UERJ, 2007, p. 125-138.

THIESSE, Anne-Marie. "Ficções criadoras: as identidades nacionais". In: *Anos 90*. Porto Alegre, n. 15, p. 7-24, 2001/2002.

VITAL, David, *The origins of Zionism*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

_____. *Zionism: the formative years*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

WEINBERG, Robert. *Le Birobidjan 1928-1996: l'histoire oubliée de "l'Etat juif" fondé par Staline*. Paris: Ed. Autrement, 2000.